

MARICATO, Hermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.¹

Gabriel Augusto Coêlho de SANTANA²
Milena Barros GOMES³

As “jornadas de junho”, como ficaram conhecidas as grandes manifestações sociais que ocorreram no Brasil em meados do ano de 2013, deixaram desnorteada parte da academia, da mídia e das forças políticas nacionais. Pouco se sabia sobre os motivos principais das condições objetivas e subjetivas que haviam provocado uma das maiores movimentações de rua da história do país, as quais, aliás, certamente continuará sendo alvo das mais diferentes interpretações.

“Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil” foi escrito ainda no rescaldo dos grandes atos. Sua primeira edição encontrava-se finalizada já em julho de 2013, quando ainda ocorriam expressivos protestos em algumas capitais brasileiras a exemplo da mobilização em solidariedade aos trabalhadores da educação no estado federado do Rio de Janeiro. Portanto, a obra constitui também um desafio, no que tange à formulação de análises iniciais sobre um processo que ainda está em curso.

Reunindo artigos de autores que pensam o Mundo e o Brasil contemporâneos, este livro destaca-se também pelo seu caráter colaborativo, na medida em que seus autores cederam gratuitamente seus textos, assim como suas imagens e fotografias. A editora ressalta ainda em sua nota a parceira com a Carta Maior e a Fundação Rosa Luxemburgo, esperando que *Cidades Rebeldes* “alcance o maior número de pessoas, estimulando-as, quem sabe, a ir às ruas por mudanças”.

A diversidade em termos de ideias e campos de estudos do conjunto dos autores proporcionou uma abordagem global a partir de olhares também diversos, reforçando o caráter complexo dos movimentos sociais. Por isso, os debates abordam problemas urbanos, do direito à cidade, da grande mídia relacionada às redes sociais, do conteúdo das manifestações (quem foi às ruas e por quê?) e a criminalização dos movimentos sociais.

O primeiro capítulo do livro tratou do Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP), que foi o estopim dos protestos. O MPL-SP é interpretado no âmbito das Jornadas como um fato que não é inteiramente novo, tendo como base a história de lutas contra o aumento das passagens,

¹ Obra discutida em reunião teórica do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Aluno do Curso de Licenciatura em Geografia da UFPE, e membro do MSEU.

³ Aluna do Curso de Licenciatura em Geografia da UFPE, e membro do MSEU.

expressas em movimentos como a Revolta do Buzu, em Salvador. Para o MPL-SP, em junho de 2013, a população que ocupou as ruas tomou para si o controle da gestão do transporte público revogando o aumento.

David Harvey afirma o direito à cidade como direito de construí-la, de “formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas”, bem como a ideia que este direito não deve ser aguardado como uma dádiva ou presente, mas tomado pelos movimentos políticos/sociais. Hermínia Maricato, ainda tratando da cidade e da questão urbana, associa as razões objetivas e subjetivas das manifestações à condição das cidades, afirmando que houve uma recente piora da vida nas cidades, sobretudo em função da contradição entre a ampliação dos programas sociais e o esquecimento dos eixos centrais da reforma urbana.

Ainda associando os “megaprotestos” com as questões urbanas, Carlos Vainer constata o protagonismo das lutas da cidade, lutas que ocorriam dissociadas, mas que em junho de 2013 eclodiram em grandes manifestações, contrariando a lógica da cidade mercadoria. Para Mauro Iasi, a cidade como “expressão das relações sociais de produção capitalista” apresenta não só a contradição espacial, que é reflexo das desigualdades, mas também intercala momentos de ordem e explosão, colocando os movimentos de junho como ruptura com a lógica da conformidade: “A vida que pulsava transbordou”.

Portanto, as fagulhas que incendiaram as ruas foram, além dos famosos vinte centavos, a consequência de um processo que Mike Davis apontou como “luta por um espaço vital”, onde os brasileiros que dependem do transporte coletivo são humilhados diariamente. Processo que no artigo de João Alexandre Peschanski é colocado como desejável apenas ao capitalismo, onde o equilíbrio político se alojou e apenas foi abalado quando dos protestos sob uma utopia que difundiu uma alternativa à situação de marasmo em que a população se encontrava.

Ao tratar dos “Territórios Transversais”, expressão muito adequada à intempérie vivida nas ruas em junho, Felipe Brito e Pedro Oliveira nos mostra o reflexo que o golpe militar de 1964 teve na postura violenta da polícia para com populações que residem nas periferias das cidades brasileiras, o que foi ilustrado com o caso dos morros cariocas. Ele também destaca a herança perversa da ditadura relativa à perda do caminho socialista que havia sido ensaiado no Brasil. Diante desta herança, Ruy Braga ressalta a precarização do trabalho, bem como sua insatisfação com o desenvolvimentismo que em nada amplia os direitos sociais do povo brasileiro, funcionando mais como estratégia de maquiagem da realidade social do país.

Ivariavelmente, como aponta Slavoj Žižek, os protestos atuais, em ocorrência no mundo dos países em desenvolvimento, estão lidando com duas questões: “uma econômica, de menor

ou maior radicalidade, e outra política ideológica”, em detrimento do mesmo processo que atinge estes diversos países: o capitalismo global.

Além do mais, o desconforto dos brasileiros com o serviço público, é inflamado pela consciência, mesmo que não politizada, de que os conflitos sociais decorrem de um conjunto brutal de ilegalidades pelos poderes públicos, como atesta Jorge Luiz Souto Maior, revelando o quão difícil é ultrapassar a criminalização dos direitos sociais.

A representação dos protestos, a princípio, tendia a tradicional, repetitiva e covarde manobra de criminalizar os movimentos sociais. Não fosse a idade média dos participantes dos eventos em questão, seria fácil prorrogar a real face dos acontecimentos. Mas foi um ato falho da mídia monopolizadora do país. Como observa Venício Lima, os jovens foram convocados através das redes sociais, que é um sistema de comunicação “interpessoal independente” do controle da velha mídia. A partir disto, existe uma forte hipótese para todo o fenômeno no livro expressado, a qual foi colocada por Leonardo Sakamoto ao tratar da ida do facebook e do twitter às ruas, afirmando brilhantemente que “o paradigma do sistema político representativo está em grave crise por não ter conseguido dar respostas satisfatórias à sociedade, sobretudo, aos mais jovens”. Contudo, a convocação ao protesto e a disseminação na internet não é, ainda, a maior forma de representatividade. Este papel ainda cabe à TV aberta, majoritariamente.

Do furor do aumento da passagem às reivindicações de reformas políticas, os adivindos das relações virtuais confundiram, no decorrer dos protestos, a ideologia que os criou. Ainda como observa Sakamoto, estavam ali pelo repúdio a toda forma de política, à repressão policial e principalmente, à precariedade dos serviços públicos prestados à população. A precariedade de informação que também é um produto da rapidez com que se proliferam notícias nas redes sociais fez estes jovens “exergarem a política e as instituições tradicionais como parte do problema”, uma vez que não possuem, exatamente pela idade, consciência das mudanças políticas pelas quais o Brasil passou nas últimas cinco décadas.

O artigo de Lincoln Secco traz os impressionantes números das jornadas de junho de 2013, do início com a fagulha do aumento das passagens em São Paulo, passando pelos megaprotestos que paralisaram os grandes centros urbanos do país, até o dia 22 de junho, quando embora de menor proporção, os protestos ainda tinham força. Mostra ainda, que, do dia dezessete ao vinte e nove daquele mesmo mês, a quantidade de cidades que participava mais que dobrou atingindo também as médias e pequenas cidades do país.

No entanto, a grande questão seria que parcela da população participou efetivamente dos atos, apontando-se como sendo a classe média a conduzi-las. Talvez de fato tenha sido, no entanto a defesa que fizeram os manifestantes do transporte público como um direito

simbolizou uma luta que se estende ao conjunto da população, ultrapassando o debate do direito ao ir e vir prejudicado pelos atos, ao direito de ir e vir impedido pela tarifa. Concordando com Silvia Vianna que explica que o Movimento Passe Livre discute a melhoria do transporte público há anos e assumiu riscos, sabendo o peso do aumento do valor do direito de ir e vir. E lutam pela população que “mesmo com a economia de vinte centavos, talvez não chegue” a ser beneficiada em sua totalidade.